



# Anais da Assembléia

N.º 43

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 07 DE MAIO DE 1981

ANO VI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 1.981

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Adalberto Daros.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leonidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

- O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.  
O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.  
O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ciência e anuência do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do economista RUY NEVES RIBAS, ocorrido no dia de hoje em nossa Capital.

O extinto, figura destacada nos meios econômicos-financeiros do Estado, fez carreira no Departamento Econômico do BADEP, onde se especializou em Economia Rural.

Foi diretor-financeiro e presidente da CIBRAZEN, presidente do IPARDES e ultimamente vinha dirigindo o BADEP, além de pertencer ao Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná, onde era professor.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1.981.

(a) GILBERTO CARVALHO

Apoio: — AUGUSTO CARNEIRO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,

a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido hoje em nossa Capital, do Dr. Rui Neves Ribas, que até então ocupava as funções de Presidente do IPARDES.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada à Rua Carmelo Rangel, 941.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1.981.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoio: —

AIRTON CORDEIRO, BASÍLIO ZANUSSO e AUGUSTO CARNEIRO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à família Assis Moreira, da Cidade de Jacarezinho, externados votos de pesar pelo falecimento do doutor Orodvaldo de Assis Moreira.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1.981.

(a) PALÁCIOS.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação, se prende ao fato de que o doutor ORODOVALDO DE ASSIS MOREIRA foi um dos pioneiros na fundação de Jacarezinho, Estado do Paraná, com o seu falecimento, Jacarezinho perde um batalhador, homem honesto e dedicado à família; Presidente do S.O.S., grande obra social em favor dos mais carentes e o seu trabalho de pioneirismo, mesmo com sua ausência terá continuidade com seus filhos, que de ora em diante assumem a direção de suas atividades.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Tendo em vista o que estabelece a Constituição Estadual, em seu artigo 16, parágrafo único, inciso VI e VII combinado com o artigo 19 e também, o Regimento Interno da Casa Legislativa do Paraná que estatui, em seu Capítulo V, Seção I, em seu artigo 34, o Deputado que subscreve o presente, contando com o necessário apoio do Plenário, REQUER seja constituída uma COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, cuja finalidade específica é apurar possíveis irregularidades nos custos dos produtos alimentícios de primeira necessidade.

Atendendo ao que estabelece o Capítulo V, Seção I, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em seu artigo 31, parágrafo segundo, ainda em seu artigo 34, requeiro que seja constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de sete Senhores Deputados, respeitando-se o que determina o artigo 16, parágrafo único, inciso I, da Constituição Estadual do Paraná.

Como prazo para o levantamento de dados, sua apreciação e conclusões, fica sugerido o requerido prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1.981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

Apoio: —

AIRTON CORDEIRO, VALDUGA, FUAD NACLI, GILBERTO CARVALHO, DEL CIEL, JOÃO MANSUR, ANTÔNIO FACCI, TERCIO ALBUQUERQUE, PINTO DIAS, DAVID CHERIEGATE, DENI SCHWARTZ, MÁRIO CELSO, CARLOS ZANLORENZI, ANTÔNIO

COTRIM, ERONDY SILVÉRIO, EDILSON ALENCAR, AUGUSTO CARNEIRO, JOSÉ TAVARES E ROMERO FILHO.

O SR. PRESIDENTE – (João Mansur) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Deitos. (Ausente)

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino. (Ausente).

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por várias vezes comparecemos a esta tribuna, cobrando da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) o efetivo cumprimento de contratos firmados com municípios paranaenses visando a implantação de serviços de abastecimento de água potável e coleta de esgoto sanitário constantes nas cláusulas contratuais quando da integração dos mesmos ao plano Nacional de Saneamento (PLANASA).

Hoje, ao voltar a abordar o assunto, o faço para testemunhar o cumprimento pela referida companhia, dos compromissos assumidos junto ao Município de Maringá, cuja transferência foi objeto de polêmica, tanto pela classe política, quanto pela população maringaense. Ocorre, que o serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário de Maringá, encontrava-se em funcionamento há muitos anos, sob a administração de uma empresa de economia mista municipal (CODEMAR), cumprindo seu relevante papel e atendendo com dificuldades a demanda já existente, sem nenhuma condição de novos investimentos, conseqüentemente, não tendo possibilidade de ampliação de rede em busca de melhor fornecimento do precioso líquido aos bairros mais distantes, e tão pouco, investir na construção de novos decantadores e rede de captação, que, como é sabido, demanda grandes investimentos financeiros. Assim, houve por bem a administração municipal, tendo à frente o Prefeito João Paulino, empreender negociações com a Secretaria do Interior, cujo titular Dr. Renato Johnson, não mediu esforços para atender todas as reivindicações da comunidade maringaense, assumindo sérios compromissos com Maringá, visando a solução definitiva do problema.

Senhor Presidente.

Ontem, estivemos em Maringá juntamente com o Secretário Renato Johnson, e com o Presidente em exercício da SANEPAR, Dr. Nilton Pereira dos Santos, com a finalidade específica de assinar e entregar ordens de serviço para empreiteiras, já vencedoras das necessárias concorrências, objetivando o início de implantação de mais 56 quilômetros de redes de abastecimento de água, para cujos serviços, será necessário um investimento na ordem de Cr\$ 33 milhões de cruzeiros, tendo como beneficiários os seguintes bairros: Jardim Aclimação, Vila Ruth, Vila Bosque, Jardim Alamar, Vila Marumbi, Vila Lili, Vila Cleópatra, Vila Progresso, Jardim Mandacarú, Vila Santa Isabel, Vila Morangueira e Vila Esperança.

Naturalmente, para nós maringaenses, o atendimento a estes bairros, tem grande significação. Trata-se de regiões carentes de nossa cidade que somente puderam ser atendidos, graças ao pronto atendimento por parte da SANEPAR, dos reclamos oriundos daquela área.

É preciso ressaltar, no entanto, que no primeiro ano de administração da SANEPAR em Maringá, já foram investidos, apenas no serviço de abastecimento de água, a importância de 82 milhões de cruzeiros, computados os atuais 33 milhões.

No que concerne a rede de coleta de esgoto sanitário, a SANEPAR já investiu até abril pp., em Maringá, o montante

31 milhões de cruzeiros, estando ainda em tramitação final, visando ampliação e melhoria deste sistema, um projeto que custará a referida companhia, o montante de 340 milhões de cruzeiros, devendo ser liberados nos próximos meses.

Senhor Presidente.

Cumpre-nos salientar, que dentro das dificuldades de conquista de recursos, estando nossos municípios quase que impedidos de buscar novos financiamentos, o total investido pela SANEPAR em Maringá, representa, sem dúvida, o que aquela cidade somente o faria num período mínimo de 5 anos. O aceleramento do processo de melhorias e ampliação de redes em Maringá, representa, não apenas o atendimento às necessidades urgentes da população, mas para nossa satisfação, representa o cumprimento pela SANEPAR e pelo Governo Ney Braga, dos compromissos assumidos com nossa cidade no que tange a saneamento básico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito, nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A classe jornalística brasileira mais uma vez vê conspurcada sua imagem, vê mais uma vez maculada a sua árdua profissão de bem informar à opinião pública, pois hoje senta-se no banco dos réus os jornalistas Sérgio Flores Rubin, Juranir Pires de Camargo, Nelson Rolim de Moura e Sílvio Rangel de Figueiredo.

E, notem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o crime que os mesmos praticaram e pelos quais estarão sendo julgados, é o de transcrever em seus jornais notícia do “JORNAL HORA DO POVO”, que mostrava na época os nomes de autoridades brasileiras, as quais mantinham contas bancárias junto a agentes financeiros internacionais, ou melhor nos Bancos da Suíça.

Aqui se consegue inverter os criminosos, ao invés de serem processados aqueles que roubam o País, que assaltam o povo brasileiro, que mantêm contas em bancos estrangeiros em detrimento do Brasil, processa-se aqueles que por força de sua profissão trazem ao conhecimento público, os nomes dos maus brasileiros que sempre prejudicaram o País.

Devemos nesta tarde, para nós de tristeza, pois mais uma vez aplica-se neste País a famigerada Lei de Segurança contra o povo, contra um segmento da sociedade, a classe jornalística, enaltecer a figura do jornalista honesto e conscio de sua responsabilidade de informar a verdade dos fatos, pois “A verdade, quando o povo se apodera dela, se transforma em força real de transformação”, enaltecer o jornalista que acima de qualquer paixão mostra a todos nós a realidade, mesmo que essa lhe cause prejuízos, mas que naturalmente trará benefícios ao povo, pois ele merece o esclarecimento para suas dúvidas.

Vejam, Srs. Deputados, a importância do jornalismo nos recentes fatos do Rio Center, onde se mostra claramente qual era a intenção do terror, onde se mostrou as bombas que seriam atiradas contra o povo e por mostrarem essa realidade, serão por certo também processados, pois ao aparelho repressivo montado neste País não interessa a informação do povo, pois isso traria conseqüências desastrosas à imagem já falida do modelo econômico e político e social de nossa Nação.

E, aí está, Srs. Deputados a razão das bombas na “Tribuna de Imprensa”, na “Hora do Povo”, nas bancas de jornais, e em outros órgãos que neste País divulgam a realidade dos fatos mostrando a todos os leitores brasileiros a triste realidade que o Brasil vive.

Nós do PMDB, que lutamos pela extinção da famigerada Lei de Segurança, da extripação deste cancro chamado aparelho repressivo no Brasil, nesta Tribuna, conclamamos

mais uma vez os democratas que se unam em defesa das liberdades democráticas, a começar pela liberdade de imprensa, pela liberdade de informação e que o povo brasileiro tenha sempre acesso a elas, e que os profissionais não sejam molestados jamais por bem informar o público dos acontecimentos que sempre ficaram escondidos ao longo destes anos de arbítrio do poder discricionário.

A Bancada do PMDB, estará presente ao julgamento dos jornalistas através do Deputado Fiori Luiz e Fidelcino Tolentino, não só para levar apoio aos jornalistas, mas muito mais para repudiar a Lei de Segurança Nacional que só é aplicada aos verdadeiros democratas neste País, pois se assim não fosse, os terroristas estariam também enquadrados e sendo julgados, mas nós temos certeza que a história é dinâmica e ao longo do tempo os condenará, como também a todos os que por convivência se omitem e tem se omitido para esclarecer quem são verdadeiramente os inimigos da Pátria.

Que o julgamento dos jornalistas na tarde de hoje, seja o início de uma luta pela total derrubada da Lei de Segurança, pois não é admissível abertura política, sem liberdade de imprensa, não é permitido se falar em democracia quando as leis de exceção são aplicadas a todo o momento, ou estaremos dando o atestado de "burrice" de "incompetência" ao admitir que vivemos numa democracia quando deixamos que neste País se pratiquem tais atos.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, quando toda a sociedade brasileira se mostra apreensiva diante do terrorismo de direita que procura reverter as conquistas populares de democracia e vigência de direitos, nota-se a ausência do Governo do Estado nessas manifestações. Nota-se a omissão do Governador Ney Braga, que até aqui apenas balbuciou algumas frases, dúvidas e indagações sobre a questão. Um comportamento que contrasta com o do mesmo Sr. Ney Braga, às vésperas do movimento militar de 1.964, quando se transformou em eficiente propagandista da derrubada do Presidente João Goulart. Nesse momento, Ney Braga investiu contra aqueles que atentavam contra a democracia, como assim entendia o Governador. Mobilizou a sociedade, dava declarações diárias, queimou livros em frente ao Palácio Iguazu. Tudo em nome da democracia.

Pergunta-se hoje o que aconteceu com o Governador Ney Braga?

Perdeu a sua fé democrática expressa em seus discursos ou confirmou sua fé no autoritarismo sempre expresso em seus atos?

O Governador Ney Braga não condena com a veemência do passado o terrorismo de direita para fazer de sua omissão o voto solidário àqueles que, com ele, ajudaram a construir o regime e de quem hoje apenas diverge quanto a forma e não quanto ao conteúdo.

Ou o Governador, já no outono da vida política, pretende agora apenas colher os frutos de final de estação, procurando não intervir com a mesma disposição no curso da vida pública brasileira?

Não se trata aqui de discutir a disposição do Governador. Trata-se, Srs. Deputados, de observar seu comportamento diante de situação tão grave como esta, em que a sociedade e a Nação é ameaçada pelo terrorismo de direita. Como se põe o Governador Ney Braga, em que lado se situa? É em situações como esta que o democrata é testado. A omissão neste momento apenas levará ao entendimento que a fé democrática expressada no passado pelo Governador Ney Braga

servia apenas àquele momento político, justamente quando em nome da democracia se instalou neste País o regime mais anti-democrático que conhecemos em nossa história. A omissão pode ser sinal de coerência, portanto. Justificada pelo cansaço talvez. Mas será sempre omissão perante os olhos da história e do conjunto da população. Esperamos que o Governador Ney Braga confirme neste momento sua fé democrática tão presente em seus discursos para que, ao menos através da retórica, empreste seu apoio aos esforços que se fazem hoje para extirpar definitivamente da vida brasileira os bolsões da torpeza que produzem ameaças, atentados, explodem bombas e se revelam em acidentes de trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamentavelmente a aparelhagem de som e talvez uma locução baixa do Deputado Lineu Turra, não pudemos perceber todos os detalhes do pronunciamento que Sua Excelência fez, neste instante.

Mas, queremos dizer a Sua Excelência que consideramos, até certo ponto, ofensiva a sua palavra ao nosso Governador Ney Braga, uma vez que insinua, em seu pronunciamento, um dos crimes mais hediondos que se pode esperar de um homem público: a omissão.

E o Governador Ney Braga tem, como poucos, neste País, em seu currículo, a vida de um verdadeiro e autêntico democrata. Mais do que qualquer um, e mais do que ninguém, ele pode demonstrar ao País a sua vivência democrática feita no voto, na campanha, na praça pública. E não aceitamos, em hipótese alguma, as insinuações, até certo ponto, maldosas, feitas pelo ilustre Deputado Lineu Turra, neste momento em que diz que o Governador não reputou com a necessária veemência na sua opinião, os atos de terror que o País estarecido assistiu no último 1.º de maio.

Não sei Deputado Lineu Turra, se é o volume da voz ou a repetição da frase que faz com que a resposta seja veemente ou não. Eu acho muito mais, que na posição dele Governador, ao ser inquirido sobre aqueles bárbaros atos, como o foi o Presidente Figueiredo e outras altas autoridades desta Nação, em que, historicamente, todos os Partidos Políticos se uniram neste País, para repudiar um ato de terror que ninguém consiente desta Nação, interessa.

Portanto, não aceitamos em hipótese alguma, as insinuações feitas pelo ilustre Deputado Lineu Turra, contra o democrata, contra o Governador Ney Braga, que é intocável nesse aspecto da vida pública. Ele como todo brasileiro consciente, como todo representante do povo paranaense, refutou e repudiou, com todas as forças possíveis este ato que foi realmente, um dos mais hediondos da história recente da política brasileira. Portanto, Deputado Lineu Turra, se Vossa Excelência falou em nome de sua bancada, a minha Bancada o PDS, faz este registro, para que não se pense depois, que o Governador Ney Braga numa hora tão trágica da Nação brasileira, tenha se omitido e não ter refutado como toda a Nação o fez, os atos de terror que assistimos no último 1.º de Maio.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, inscrito.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O último censo surpreendeu a todos os paranaenses.

As estimativas oficiais apontavam nossa população na casa dos 10 milhões de habitantes. Somos cerca de oito milhões, em diversas regiões do Estado o crescimento foi negativo, alguns municípios tiveram sua população reduzida nos últimos dez anos. Este é o indicador mais severo do caráter da política econômica adotada pelo regime e que aplicada às condições do Paraná, trouxe-nos apenas desvantagens. Este resultado do censo apresenta apenas um dos efeitos desta política que expulsou, nos últimos anos, milhares de trabalhadores paranaenses, transformando-os em migrantes a procura de melhores oportunidades em outras terras. É um detalhe do retrato da crise econômica em nosso Estado, do seu esvaziamento, do insucesso das políticas desenvolvidas pelo grupo que implantou o poder e dele se assenhoreou a partir de 1964.

A maior riqueza de um povo é sua capacidade de trabalho. Nas condições mais adversas, enfrentando a natureza mais hostil, conhecemos na história a obra de povos que construíram economias prósperas, sociedades justas sob regimes políticos que preservam os princípios da democracia. No Paraná, senhores, se deu o inverso. Uma natureza pródiga, sob regime político arbitrário que respalda relações sociais injustas levou a esta situação com a qual nos deparamos: uma economia débil, dependente do capital monopolista estrangeiro, enfrentado uma das maiores crises de nossa história e que não oferece oportunidades para que seu povo alcance um padrão de existência a altura de sua dignidade.

A violência no campo é uma das faces do modelo econômico implantado no País a partir do início da década de 60. Esta violência, nos ensina a Pastoral da Terra, manifestada pelos crescentes conflitos de terra, não acontece por acaso. Assim como os incentivos fiscais e o crédito rural, a violência resulta da atual política econômica que favorece as grandes empresas agropecuárias em prejuízo dos pequenos produtores.

A partir dessa época, com o modelo econômico brasileiro voltado para a exportação, viu-se o fortalecimento do grande capital. Em decorrência, as formas tradicionais de produção foram desestimuladas. A partir do atrelamento do pequeno produtor ao crédito rural, ele foi forçado a intensificar o uso da terra, a mecanização, a utilização de insumos e tendo o mercado externo como polo fundamental da destinação de sua produção. Mas não consegue competir. A comercialização de sua produção é subordinada ao grande capital estrangeiro, que se utiliza cada vez mais das grandes cooperativas como forma de controlar o processo produtivo. A falência é seu destino. Expulsos da terra, em decorrência desse processo de subordinação ao capital, esses pequenos produtores engrossam um novo fluxo migratório em direção às cidades, onde se transformam em assalariados urbanos ou em trabalhadores volantes. Outra parcela significativa dessa força de trabalho é expulsa, busca outras terras em novas fronteiras agrícolas, especialmente em Mato Grosso e Rondônia. Foi assim que nos últimos sete anos, 104 mil pequenas propriedades paranaenses foram engolidas pelo latifúndio. Existem hoje no Paraná, um milhão e quinhentos mil trabalhadores rurais, dos quais, 800 mil são "bóias-frias", 400 mil assalariados permanentes, 100 mil parceiros, meeiros e arrendatários, 200 mil pequenos proprietários.

Estes, senhores, constituem a maior parte de nossa população. Aqueles que produzem a maior parte de nossas riquezas. Mas nem por isso são respeitados. São também a parte mais pobre de nossa população, a mais carente de todos os benefícios, a mais órfã de qualquer assistência do Governo. Para agravar ainda mais a sua situação, as áreas de atração acaracterizam-se pelo desenvolvimento de projetos de colonização oficial, como Rondônia e Mato Grosso. Os migrantes do Paraná que se dirigem para essas regiões nem sempre são ex-proprietários; boa parcela era de meeiros, arrendatários e posseiros, expulsos da terra pela nova política agrícola.

Fala-se hoje na existência de 20 mil lavradores paranaen-

ses a espera de terra em Rondônia. Esse fato é indicativo de que a busca de terra nessa região decorre de sua expulsão pela concentração fundiária no Sul. A falta de acesso à terra na Amazônia é decorrência da filosofia empresarial e elitista dos projetos de colonização oficial, da política do INCRA que atende prioritariamente aos interesses da grande empresa capitalista.

Os excedentes populacionais que vão sendo deslocados da terra devido a penetração das grandes fazendas e empresas não encontram na política de colonização oficial o apoio necessário a um reassentamento. A terra deixa de ser tratada, pelos órgãos de colonização, como um bem social. A violação do princípio da destinação social da terra é flagrante no fortalecimento da política de colonização oficial. Nesse caso, o atendimento da pressão demográfica sobre a terra fica subordinado ao interesse privado e à lucratividade da empresa capitalista de colonização.

As companhias colonizadoras comercializam apenas uma parte das novas fronteiras agrícolas, visando a valorização e a venda posterior da parte restante. Esta situação é muito comum precisamente no Mato Grosso do Norte. O Distrito de Juara, no Município de Porto dos Gaúchos, conta no momento com uma população em torno de 20 mil pessoas em seus 16 km<sup>2</sup>. A quase totalidade é de paranaenses, notadamente das regiões do Alto Piquiri, Cascavel, Paranavaí, Maringá e Londrina. São ex-pequenos proprietários do Paraná, obrigados a vender suas terras por frustração de safras e avanço da mecanização. Em consequência vão servir, mais uma vez, de pioneiros, desbravando novamente o sertão, para posterior entrada da grande empresa capitalista, com a ajuda de empresas colonizadoras.

Nesta situação, as tensões nesta área tendem a aumentar, principalmente pela grilagem realizada pelos grandes proprietários sobre as terras dos pequenos agricultores ou trabalhadores rurais que conseguiram comprar alguma pequena área para subsistência familiar. A Amazônia recebe hoje uma população de expropriados que não viram seus problemas solucionados na área de origem, e isso aumenta ainda mais seu desespero.

Outra grande leva de paranaenses foi para o Paraguai. Hoje, há no Paraguai aproximadamente 400 mil brasileiros, em sua maioria paranaenses. Isso representa pouco mais de 10% da população paraguaia, constituída por 3 milhões de pessoas. Os brasileiros, os paranaenses que foram para o Paraguai eram aqui pequenos proprietários, meeiros, arrendatários e "bóias-frias". Na impossibilidade de terra para trabalhar, foram atraídos pelas promessas de terras de boa qualidade a baixo preço, crédito fácil e infra-estrutura. Na realidade, senhores Deputados, encontraram estes paranaenses uma situação bem diferente. Há problemas de escrituração das terras: as colonizadoras venderam terras alienadas. Muitos foram ludibriados por agentes, e além de perderem o dinheiro, não conseguiram o título de posse. E o regime paraguaio, tão amigo do regime brasileiro, tem comissários de polícia que cometem arbitrariedades e violências contra os paranaenses que lá se instalaram. Nossos conterrâneos, expulsos deste Estado, lá são frequentemente presos e, para serem liberados, são obrigados a pagar significativas somas em dinheiro.

Como se vê, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nossos irmãos que foram expulsos de suas terras, não vivem em boas condições na Amazônia, no Mato Grosso, no Paraguai. Mas não tinham outra opção. Ou melhor, a única outra opção que tinham era a de se transformarem em favelados, miseráveis marginalizados urbanos aqui mesmo no Paraná. Mas aqueles que partiram já tinham passado por esse estágio e descoberto, mais cedo que muito apologista das obras do Governo, que não há emprego nas nossas cidades, que não há oportunidades de sobrevivência. E tiveram que partir, expulsos, uma legião de humilhados e ofendidos que construíram este Estado, fizeram da agricultura paranaense uma das mais importantes do País e depois foram obrigados a entregar os frutos de seus esforços ao grande capital, aos

grandes interesses que dominam, em verdade, nossa economia.

E esta situação tende a se agravar. Este quadro de violência contra nossos homens do campo se completam com o caráter da política energética do Governo, que se expressa na construção de grandes hidrelétricas e na intensificação de projetos do Pró-Álcool. Uma política energética que visa, basicamente, atender os interesses do grande capital industrial. Que não leva em conta o homem do campo, pois não se manifesta qualquer preocupação em buscar novas terras para reassentar a população expropriada. Por outro lado, o preço pago pelas desapropriações está muito abaixo do preço de mercado da própria região, como vimos no caso de Itaipu. Assim, a população é obrigada a migrar ou em direção às cidades onde vai inflacionar o mercado de trabalho ou em busca de novas terras em regiões cada vez mais distantes. Itaipu provocou a expulsão de 40 mil agricultores. Os projetos hidrelétricos no Rio Iguaçu caminham para a mesma direção. O Pró-Álcool tende a transformar extensas regiões em canaviais, a concentrar a propriedade, expulsando mais paranaenses ou transformando-os em escravos, mal remunerados, das grandes empresas, pois o Governo nada fez para estimular a expansão da produção do álcool com base na pequena propriedade. Pelo contrário. Está entregando os recursos disponíveis a grandes grupos que se beneficiam dos favorecimentos de um governo que representa apenas os seus interesses em detrimento dos pequenos, da população.

Os paranaenses que saíram destas terras para tentar a sorte em lugares tão distantes, sob as condições mais difíceis, enfrentando toda sorte de adversidades, senhores, não saíram por sua livre e espontânea vontade. Estão aí os desapropriados de Itaipu, pedindo o seu reassentamento em terras do Paraná. Esta parcela do povo paranaense foi expulsa pela violência, pela injustiça, sufocada pelo poder do grande capital que tem a seu serviço a política econômica e o Governo que a executa.

Estes paranaenses que correm hoje o País integrando esta legião de 40 milhões de migrantes, constituíram os braços que construíram as bases de nossa economia atual. Foram os pioneiros que desbravaram nossos sertões, que aqui se localizaram na esperança de um futuro certo e confiantes na riqueza dos nossos solos. Hoje são vítimas do mesmo processo. Seja no Paraguai, seja na Amazônia, ou em qualquer lugar onde impeçam as mesmas relações injustas, a mesma política que consagra ao capital a vida, os esforços, o trabalho, o sangue de nosso povo.

O censo agropecuário de 1975 revelou que 52,3% dos estabelecimentos rurais do País têm menos de 10 hectares e ocupam tão somente a escassa área de 2,8% de toda a terra possuída. Em contrapartida, senhores, 0,8%, menos de 1%, dos estabelecimentos têm mais de mil hectares e ocupam 42,6% da área total. Mais da metade dos estabelecimentos agropecuários ocupa menos de 3% da terra e menos de 1% dos estabelecimentos ocupa quase a metade. Se levarmos em conta que provavelmente muitos dos grandes proprietários têm domínio de mais de uma propriedade, estaremos em face de uma concentração fundiária ainda maior. Além disso, a propriedade da terra vem se tornando inacessível a um número crescente de lavradores que dela necessitam para trabalhar e não para negociar.

Essa situação não é recente. Marca, na verdade, nossa história. Este país teve, no latifúndio, a expressão de interesses mais atrasados e que desde sempre conspiraram contra todas as manifestações de liberdade. Desde sempre se aliaram aos interesses que atentam contra a soberania nacional, buscando no exterior as forças para manter uma estrutura tão absurda, tão injusta, tão reacionária. Que por isso mesmo, só se justificou até aqui pelo império da violência, por uma Justiça manipulada, pelas razões irracionais da tradição que nada justificam.

Nosso partido, o PMDB, tem clara esta questão, senhores.

Sabe que nenhum problema nacional irá se resolver sem a solução para a questão agrária. Propõe uma reforma agrária que tenha como objetivo dar a terra para quem nela trabalha. Orientando os recursos em favor do pequeno produtor. Pois a pequena produção tradicionalmente é responsável pela produção de alimentos, contribuindo em parte para a redução da inflação que afeta, principalmente, as camadas menos privilegiadas da população. O acesso à terra e garantia de posse para quem nela trabalha virá fortalecer uma verdadeira democracia, que não deve se limitar apenas ao direito de voto, como também ao direito à terra. Acreditamos que a questão da democracia passa pela questão da terra. A concentração da propriedade, até aqui, apenas garantiu a concentração do poder nas mãos de poucos.

Esta é a nossa proposta. Mas entendemos que ela deve ser tema de amplo debate na sociedade. Um debate que certamente estará na ordem do dia quando tivermos conquistado amplas liberdades políticas, sem o que o nosso trabalhador rural continuará sem o direito a palavra e ao exercício democrático para defender seus interesses. A reforma agrária não vai beneficiar apenas aos camponeses. Vai beneficiar esta Nação, cansada de ver seus destinos orientados por forças tão atrasadas que se inspiram na grande propriedade fundiária.

Esta é a solução racional, senhores, e só ela, a reforma agrária, poderá conter tantas injustiças que expulsaram aquilo que tínhamos de melhor no Paraná para incorporá-los a essa massa de párias, de marginalizados, por força de uma política que nos devolve, por vezes, à condição de subcivilização.

Nosso partido dispensa a retórica do atual Governo e aponta ao povo seu destino melhor. Confiamos no futuro, a despeito do passado que ainda nos governa."

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado ouço com atenção o seu pronunciamento, pronunciamento muito profundo, que mostra a realidade do Paraná, do esvaziamento que houve aqui. Pessoas que daqui saíram porque os seus anseios não foram atendidos com a implantação do modelo agrícola vigente, colocado a serviço do capitalismo internacional e que fez com que o laborioso povo do interior tivesse que abandonar sua terra, onde nasceram seus filhos — porque o Paraná foi desbravado por brasileiros de todos os Estados.

Com o passar dos anos o pequeno proprietário teve que vender a sua propriedade porque não tinha estrutura para acompanhar as novas técnicas agrícolas por falta de amparo governamental, por falta de amparo oficial.

Quero dar meu testemunho com referência ao esvaziamento do Paraná pela minha região, a de Campo Mourão, a do Vale Piquiri-Ivaí. Naquela região, que, seguramente foi a que mais se esvaziou no Paraná, há quem diga, segundo cálculos extra-oficiais, que região composta por 20, 22 municípios, que vai das barrancas do Rio Ivaí até as barrancas do Rio Piquiri, houve um êxodo, de aproximadamente, 500 mil habitantes que saíram do Paraná. Então, só Campo Mourão, de uma estimativa de 130 mil habitantes, quando terminamos o censo não chegou aos 77 mil habitantes. Veja Vossa Excelência a densidade do esvaziamento do Estado do Paraná principalmente, nas regiões onde houve a mecanização agrícola.

E esse povo teve que sair em busca de outros horizontes, em busca de outros eldorados, porque o seu eldorado era aqui o Paraná, mas os seus anseios não foram atendidos. Faz-se muita propaganda oficialista de que o Paraná é um oásis onde tudo vai bem, mas a história é bem outra nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, como Vossa Excelência bem diz desta tribuna. E, encerro cumprimentando Vossa Excelência pela profundidade do seu pronunciamento.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e a situação da sua região, da região que Vossa Excelência representa nesta Casa, não é diferente da situação das

outras regiões.

Nós que representamos com satisfação juntamente com outros Deputados o Norte Pioneiro nesta Casa, que somos de uma região onde o Paraná começou a ser colonizado, onde teve o início da colonização paranaense. Hoje, não existem mais pequenos proprietários, o que vemos são imensas áreas de terras destinadas ao plantio de cana-de-açúcar, ao plantio de cana e a pastos, sendo desta forma, o pequeno proprietário é obrigado a vender a sua pequena propriedade que era destinada à subsistência da sua família entregando para os grandes capitais. Na nossa região, onde a média dos minifúndios era de 10 a 15 alqueires, hoje já temos fazendas de 3 a 4 mil alqueires numa terra fértil e de primeira qualidade.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e concedo aparte ao Deputado Gabriel Sampaio.

O Sr. Gabriel Sampaio — Deputado Tadeu Lúcio Machado, seu pronunciamento é bem elaborado, bem concatenado, bem escrito e muito bem lido, inclusive, semeado com dados estatísticos somente aos quais, eu fico com algumas dúvidas, em função da precariedade da matéria estatística no Brasil por tradição.

Mas, a observação que quero fazer a Vossa Excelência é a de que, desde os meus tempos de estudante isto um pouco antes da Revolução de 64, nós já a nível de diretório acadêmico, a nível de passeatas, manifestações, nós já nos colocávamos, nos posicionávamos com relação ao problema de terra — reforma agrária, da terra que trabalha enfim, toda essa problemática que vem perseguindo o homem desde os primórdios dos tempos. E a minha preocupação maior e que hoje sobressai, quando Vossa Excelência vem à tribuna falar sobre este assunto mais uma vez, é a de que será que nós todos, não estaríamos apenas teorizando o problema como uma forma de simples desabafo, não procurando ou não tentando efetivamente, concretamente, com formas mais palpáveis, mudar alguma coisa nisso tudo?

Porque todos os problemas deste continente brasileiro são todos eles entrelaçados. Quando se discute reforma agrária, que foi bandeira proscrita deste País muito tempo e que é no nosso modo de ver, um dos problemas fundamentais, das reformas fundamentais que este País haverá de fazer sob pena de continuar dormindo em “berço esplêndido”, sem nunca — chegar à sonhada e à almejada e ambicionada potência na passagem do próximo século, acho que estaremos em Casas Legislativas como a nossa, num Estado tipicamente agrícola como o nosso, vendo este problema se agravar.

Não sei e duvido até se o exército de “bóias-frias” é de 800, um milhão ou mais, não vem ao caso também se o número é exatamente este. Mas um fato é verdadeiro, que isto está agravando e crescendo dia a dia. Ninguém pode contestar.

A minha preocupação, Deputado, é, voltando aos meus tempos de estudante e vendo que todos temos as mesmas preocupações, hoje, em 1981, a dezenove anos do próximo século, quando o homem já começa a projetar viagens de ida e volta ao Universo exterior, vemos que os nossos problemas mais simples, mais humanos, da sobrevivência humana com dignidade, ainda estão por ser solucionados.

Espero, Deputado, que possamos sair da teoria, sair da forma de denunciarmos apenas as coisas e procurarmos, não sei como, — realmente não tenho também o fio da meada, mas devemos conversar mais, discutir mais a respeito, para tentarmos começar a sugerir pontos específicos. Como é talvez o projeto já anunciado nesta Assembléia e em início de execução, que teremos brevemente, que é o PRÓ-RURAL, que o Governador Ney Braga conseguiu o empréstimo de 80 milhões de dólares num prazo de mais de vinte anos a um juro praticamente inexistente, para o desenvolvimento de uma região altamente angustiada e esperando este desenvolvimento há muitas décadas, que é o Centro-Sul paranaense.

É esta a modesta colocação que gostaria de fazer ao pronunciamento de Vossa Excelência.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado Luiz

Gabriel Sampaio, agradeço sua colaboração. Posso dizer que quanto à sua dúvida a respeito dos dados estatísticos, só posso afirmar que a realidade pode ser vista à olhos nus. O Paraná empobrece, aumentam-se os latifúndios, as grandes empresas tomam conta de nossas terras e o trabalhador é expulso. Isto não são os dados que fazem, mas nós que vemos no dia a dia, quando vamos à nossa Região, quando vamos visitar o nosso povo. Hoje, sentimos aqui, na Capital, a presença de grande parcela da população e de ex-pequenos proprietários de nossa região. Então não podemos colocar dúvidas a respeito dos dados estatísticos.

Quanto à sua proposta de fazermos alguma coisa, o nosso Partido tem uma proposta de redemocratização deste País, onde o Poder Legislativo poderá participar das grandes decisões e não precisaremos ficar aqui entre quatro paredes sem sermos ouvidos e sem saberem o que falamos.

O Partido, a quem nós honrosamente representamos neste Poder, tem uma proposta de Reforma Agrária. Tem uma proposta de dar terra ao trabalhador sem terra...

O Sr. Luiz Gabriel Sampaio — Deputado, me permite só um aparte bem rápido? (Assentimento)

É justamente isto que sugeri. Que Vossa Excelência volte à tribuna, com o mesmo brilho que o faz nesta tarde, para trazer este plano que seu Partido vai apresentar como alternativa, para que possamos discutí-lo. Porque acho que temos que ver coisas práticas. Estamos fazendo apenas denúncias, como eu, — não sei se Vossa Excelência entendeu bem o final de meu aparte, me solidarizo com Vossa Excelência, é real. Acho que o empobrecimento do lavrador, a expulsão do pequeno produtor é evidente e indiscutível.

Então é apenas este aspecto. Inclusive Vossa Excelência citou. Vossa Excelência traga o plano de seu Partido e iremos discutí-lo aqui.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência me permite um aparte? O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Logo em seguida, nobre

Deputado. O nosso Partido tem um plano, tem um programa, tem um estatuto que visa principalmente o trabalhador. Quanto à oportunidade de discussão, acredito que a teremos. Agora, há necessidade de que o Governo, ao qual Vossa Excelência representa neste Poder, também tenha a mesma boa vontade que Vossa Excelência tem nesta oportunidade. Também demonstre, como Vossa Excelência demonstrou no aparte a que tive o prazer de receber, a sensibilidade para atender o pequeno trabalhador rural. Primeiro, a sensibilidade do nosso Governo, para nos ouvir para, depois, então, termos oportunidade de dialogar.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Tadeu Lúcio Machado.

Primeiro, quero contestar as palavras do Deputado Gabriel Sampaio, a respeito das estatísticas. Vossa Excelência citou dados oficiais sobre os quais, nós acreditamos, o Governo tem elaborado os seus planos, e, logo, se eles são baseados em dados incorretos, a mensagem do Sr. Governador trazida a esta Casa é incorreta, e até seu plano de Governo é incorreto.

Mas, eu gostaria de me ater em outro aspecto do aparte do Deputado Gabriel Sampaio. É sobre a discussão dos problemas.

Já dissemos desta tribuna que o Paraná não tem orçamento, porque não tem programa; não tem programa, porque não tem plano, e não tem plano porque o plano não passou nesta Casa.

Falou-se, rapidamente, do PRÓ-RURAL. O PRÓ-RURAL exemplifica perfeitamente o autoritarismo do executivo sobre o legislativo, que se dobra.



Porque, quando desta tribuna, nós denunciávamos que não adiantará nada fazer para a região que já foi a mais rica deste Estado, para a região que produziu a riqueza do Norte, do Oeste e do Sudoeste, que é a região Central, a chamada "linha da fome", de onde foram tirados os pinheiros, de onde foi tirada a erva-mate, de onde foi tirada a agricultura, que fez a grandeza deste Estado com um todo, que não adiantaria para esta região fazer 711 privadas, que é o que consta no PRÓ-RURAL, e o que resolveria era tirarmos, desapropriarmos e entregarmos ao proprietário as terras que aí estão inúteis. Ninguém mais quis discutir o assunto PRÓ-RURAL, e ele foi aprovado como veio.

Já se sabe e é bom que se denuncie neste momento, que ali em CERRO AZUL, o Sr. Prefeito Municipal já está fazendo carreador para suas terras e para seus cupinchas, para usar esses carreadores e lograr os técnicos que, neste Estado, não conhecem a realidade, — porque não discutem com os políticos até do seu Partido — já está fazendo carreadores para suas propriedades, para, incluir esses carreadores, posteriormente, no PRÓ-RURAL, para receber o macadamezinho na sua estradinha, como se isso fosse resolver o problema daquele miserável, que já não mora mais em Cerro Azul, mas mora aqui nas favelas desta cidade.

Por isso, acho que o Deputado Gabriel Sampaio tem razão numa coisa: vamos discutir. Mas, por que não nos deixaram discutir o PRÓ-RURAL?

Quando falávamos que o dinheiro deveria ser aplicado para desapropriar os latifúndios que rodeiam a Capital do Estado, que vão daqui, e cuja infra-estrutura está instalada, porque viajamos daqui a Guarapuava e só vemos latifúndios; viajamos daqui à União da Vitória e só vemos latifúndios. Vamos para o Norte Velho, para o Norte Pioneiro, e Vossa Excelência declara que têm fazendas de 3 mil alqueires.

Esses latifúndios não serão tocados, mas serão beneficiados pelo PRÓ-RURAL, cujo PRÓ-RURAL será pago com o suor de todo paranaense que produz soja.

E, como muito bem disse o Sr. Secretário de Finanças, só no ano de 1979, enquanto importamos para o nosso Estado 500 milhões de dólares, nós exportamos 1 bilhão e 500 milhões de dólares. Demos a essa Nação, de mão beijada, 1 bilhão de dólares, e esta Casa fica aqui a aprovar 711 privadas para a chamada "linha da fome". É aqui que se tem que discutir os problemas, mas, desde que se permita a discutí-los e não se aprove com a cabeça abaixada, como foi aprovado o PRÓ-RURAL.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. PRESIDENTE — A Mesa lembra que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, eu solicito que Vossa Excelência declare como lido, de inteiro teor, o meu pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Consulto a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Usará da palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de tudo, queremos pedir a transcrição nos Anais da Casa, da nota da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, sobre as ameaças recentes que estão circulando no Paraná, tanto contra instituições, como contra pessoas. (Lê): "É o seguinte o teor da nota da Ordem dos Advogados do

Brasil, Seção do Paraná, que é assinada pelo seu presidente, Alcides Munhoz Netto: — "O Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, em reunião de 4 do corrente, analisou os atentados terroristas do Rio Centro, com a morte de um sargento e ferimentos em um oficial do Exército, bem como de ameaças de explosões de bombas nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado, determinantes da paralisação de seus serviços na manhã de segunda-feira. Tomou ainda conhecimento de carta dirigida ao Presidente do Conselho Estadual, por uma entidade que se intitula "Cruzada Democrática de Oposição", postada em Londrina, contendo ameaças veladas, por posições antidemocráticas que a OAB jamais assumiu.

À vista destes fatos, por proposição dos Conselheiros René Ariel Dotti, Antônio Acir Breda, Newton de Sisti e Leon Neves Barcellos, resolveu tomar as seguintes posições:

a) Repudiar com veemência tais manifestações de terrorismo, reconhecendo que elas partem de setores interessados em criar clima de intranquilidade, para eventual decretação de estado de sítio no país, com supressão das garantias dos direitos individuais e comprometimento do processo de abertura democrática em que se empenha o Excelentíssimo Senhor Presidente da República;

b) Solicitar ao Conselho Federal da OAB que continue cobrando dos poderes constituídos a plena elucidação dos atos de terrorismo, salientando a necessidade de serem os seus autores responsabilizados sem qualquer discriminação ideológica, isto é, sem que se leve em conta a circunstância de terem sido ou não simpáticos ao movimento político-militar de março de 1964;

c) Manifestar esperança em que o Chefe do Poder Executivo, com amplo apoio das forças democráticas da nação, consiga suprimir exemplarmente as atividades terroristas das minorias inconformadas com o gradual reestabelecimento do Estado de Direito;

d) Representar junto às autoridades policiais, para que investiguem a origem da "carta alerta", remetida ao presidente da OAB, no Paraná. (a) Alcides Munhoz Netto - Presidente".

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Creio que já não existem dúvidas sobre a origem dos atentados terroristas que marcaram a vida brasileira nos últimos meses. Hoje, podemos dizer que o acidente do dia 30 de abril, no Rio-Centro, foi mesmo providencial, pois acabou por confirmar aquilo que toda a sociedade brasileira supunha: a fonte do terrorismo de direita está na própria estrutura dos antigos órgãos de repressão que atuaram ostensivamente no País, especialmente no período do Governo Médici.

Aí residem nossos principais problemas. Na própria concepção do regime sobre a segurança nacional e que determinou, desde 1964, a construção de um amplo aparato militar-repressivo cujos tentáculos se estendem por toda a sociedade e se instalaram em todas as instituições, em todos os organismos de administração. Hoje, segundo levantamentos recentes, este aparelho repressivo conta com 200 mil funcionários, ou seja, um funcionário para cada 200 brasileiros adultos. Este sistema que inclui todos os órgãos de informação dos ministérios, inclusive os militares, mais a polícia federal, tem no CODI-DOI seu instrumento repressivo mais utilizado. Na cabeça o Serviço Nacional de Informações - SNI, de onde saíram também alguns presidentes desta República em sua fase mais difícil.

Os terroristas de direita, instalados nessa estrutura, percebem que o povo brasileiro, acompanhando a maioria dos povos da terra, atingiu um grau de consciência democrática e de arraigado apego às liberdades e franquias constitucionais que nos foram retiradas pelo movimento militar de 1964. Vêem que a tática de tergiversação, da mistificação, da confusão, que tem sido a tônica ideológica dos últimos governos é ineficiente e pretendem desnaturar a autenticidade das idéias democráticas

e libertárias que favorecem o curso do processo político brasileiro, para em seu lugar, num clima de violência, restaurar os seus "ersatz" ideológicos, com os quais pensam reconquistar apoio social.

Mas a farsa acabou desmistificada no acidente do dia 30. Dois militares do CODI-DOI pretendiam interromper uma manifestação democrática à força do terror, de bombas que provavelmente iriam causar uma tragédia levando ao pânico milhares de espectadores do "show" no Rio-Center. A bomba explodiu antes e com ela a máscara sob a qual se escondia o terror que nos últimos meses produziu a morte da secretária da OAB, Dona Lida Monteiro, mutilou um funcionário da Câmara de Vereadores do Rio, destruiu bancas de jornais, destruiu um jornal, seqüestrou parlamentar e ameaçava a todos nós, brasileiros, de ver desagregada a sociedade e levada aos limites do enfrentamento as forças sociais que ainda procuram, no processo democrático, seu caminho e seu futuro.

Não percebem aqueles que inspiram e executam esta política que a força só é realmente fecunda quando colocada a serviço de idéias progressistas e generosas, a serviço de interesses gerais da Nação e por isso mesmo recebe o apoio das massas populares. A força pela força, a força por si, não resolve nada, é mero instrumento de opressão e despotismo, ilusão de força e força de ilusão, que só se mantém mediante a mentira e a hipocrisia, ingredientes fatais a qualquer sistema de governo ou a qualquer planejamento político. Se não conta com o apoio efetivo e consciente da opinião pública, ou seja, das grandes massas, a força, por mais força que aparente ou suponha, na realidade da vida política se converte em fraqueza, impotente portanto diante dos problemas postos na ordem do dia pela história. Falta-lhe substância ideológica, tem o fôlego curto e é inelutavelmente minada pelo germe da contradição que lhe corrói as entranhas.

A vertente autoritária na sociedade brasileira que tem suas raízes no latifúndio e nos interesses mais retrógrados, aliou-se ao projeto de implantação de um capitalismo estrangeiro que penetrou, nos últimos 17 anos, profundamente no País respaldado unicamente na força de um governo a seu serviço. Hoje, quando o conjunto da população, envolta em crise sem precedentes, levanta-se exigindo mudanças, interfere e mexem velhos, caducos, superados, mas obstinados interesses ligados à obsoleta estrutura agrária do País, responsável pelas terríveis condições de atraso e miséria em que vivem milhões de brasileiros. Toca nos interesses dos grupos monopolistas estrangeiros, de certo modo ainda mais duros na oposição que fazem a perspectiva de desenvolvimento independente da economia nacional. Toca fundo nos interesses desta larga camada de tecnoburocratas instalados no aparelho de Estado para servir aos anos de atraso.

As sensíveis e os fariseus da politicagem, mancomunados com os conspiradores e terroristas, se arrepiam e se enchem de santo horror ante o movimento popular, com as sucessivas greves operárias, com o despertar dos camponeses, com a intensa atividade da vanguarda estudantil, com a mobilização para a ação política de uma combativa vanguarda, com as multidões na praça pública. Não compreendem, fingem não compreender que a agitação política é um fenômeno saudável e fecundo, sinal certo de vitalidade e vigor de nosso povo, ampliação e aprimoramento das instituições democráticas. O que entendem e preconizam como democracia é o conformismo, a passividade, o silêncio, o bico-calado, a opinião domesticada, o sim-senhor, o amém, contrito, resignado e até agradecido aos homens que estão no Poder. Ou seja, precisamente o oposto de qualquer regime democrático medianamente decente.

É o que pretendem os senhores que se habituaram ao arbítrio e temem o avanço democrático: fazer deste País uma terra de mudos, onde continue a ser crime o tugar e o mugir. Não tem outro sentido o terrorismo organizado contra o povo e que

vê nas bombas, nos assassinatos, nos atentados. Este o aspecto mais radical de terror de direita que significa, no fim das contas, o medo ao debate, o medo a controvérsia, o medo à palavra de discordância e condenação, o medo à opinião pública. E que por isso também gerou os atos institucionais hoje incorporados à uma Constituição outorgada, a lei de imprensa que pune jornalistas quando dizem a verdade, a lei de Segurança Nacional que apenas assegura quem está no poder. É o "ersatz" monumental produzido nestes 17 anos. Monstruosidade jurídica e política, suma da mistificação, da perfídia e da brutalidade, com a qual se pretendeu justificar o injustificável, legalizando, com requintes de cinismo e sofisticação, a própria ilegalidade.

O acidente de trabalho rompeu a máscara. Indica com clareza a fonte de nossa insegurança. Demonstrou de onde partem os atentados à Nação. E não é possível mascarar a verdade com explicações que aos olhos do povo mostram-se sandices, tal a infantilidade das versões. "Os déspotas sempre foram ilusionistas", dizia Tchekov. Os nossos déspotas estão perdendo a capacidade de iludir, tal a força dos fatos e o papel eficiente de uma imprensa, que mesmo submetida à todas as restrições, mostra sua força, sua importância denunciando com clareza o que aconteceu naquele 30 de abril quando as bombas explodiram antes do tempo.

A técnica da mistificação, cientificamente planejada, explorou a fundo a confiança de nosso povo durante muito tempo. Explorou a rendosa indústria do anticomunismo, o arraigado preconceito para milhões de brasileiros. Hoje, só por espessa ignorância ou por deliberada deformação da verdade, podem alguns políticos que emprestam seu apoio ao regime afirmar que as dificuldades que vivemos é obra dos comunistas. Já não há mais condições de tarjar de comunistas todas as idéias, opiniões, proposições, medidas, projetos, programas, reivindicações de caráter progressista e democrático. A tudo aquilo que por alguma forma toque nos aspectos mais atrasados e nos conteúdos mais obsoletos e injustos de nossas estruturas econômicas e sociais. Já não há mais condições de atar impudentemente o anticomunismo a Cristo. A própria Igreja assume a luta pelos direitos da maioria e, sinceramente, senhores, cheira a idiotia a acusação de comunista à Igreja Católica.

Os ilusionistas perderam sua capacidade de iludir. O povo sabe hoje que quem solta bombas é a extrema direita, são os fascistas que se justificam na defesa do regime que aí está e que o mesmo povo pretende substituído por amplas liberdades políticas. Sabe o povo quem se utiliza do assassinato anônimo para produzir o medo. Sabe a sociedade brasileira que contra a democracia estão aqueles que sempre falaram em nome dela para cometer as maiores monstruosidades, os maiores crimes neste País contra os direitos humanos.

Já não há como fazer mágicas eficientes, como iludir 120 milhões de brasileiros. O desespero de quem está prestes a perder as prerrogativas do arbítrio se refletem de várias formas: na desagregação moral, no apelo à violência covarde, nas ameaças ou em manifestações que lembram o baile da Ilha Fiscal, quando ao alvorecer da República, a corte se reunia em festas suntuosas para dar a idéia de que estava viva, quando já tinha sido ultrapassada pela marcha da história.

Um vento de direita percorre nosso País quando se anunciam as conquistas de amplas liberdades políticas. É natural que isso aconteça, é uma lei da história. É em períodos como esse que aflora toda a torpeza, toda a mediocridade daqueles que trabalham apenas para manter privilégios, certos de que o povo pode ser subjugado indefinidamente. O terrorismo de direita é isso. A face mais torpe, mais indigna, ao mesmo tempo a que anuncia o seu próprio fim, o fim desta tragédia que se impôs sobre todos nós e que, do ponto de vista da história, conseguiu retardar apenas nossa esperança de se um dia o povo livre, capaz de



construir uma Nação onde não teremos lugar para homens minúsculos que ainda não perceberam que o seu terror ou o seu ilusionismo não são suficientemente fortes para enfrentar e derrubar a força das idéias ancoradas na consciência popular.

Por isso Sr. Presidente, queremos dizer em nome do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, respondendo até a acusações de que a Oposição brasileira fazia oposição por oposição, nesta hora grave em que a Nação brasileira decide sobre os seus verdadeiros destinos, a Oposição teve a grandeza, em nome de suas Lideranças no Congresso Nacional, de se postar ao lado daqueles que lutam realmente pela conquista da democracia. E, se hoje a Oposição brasileira dá até o seu voto de confiança ao Presidente da República, não o faz por outra razão senão aquele sagrado compromisso que a Oposição tem com o povo brasileiro, de conquistar, com sacrifício, como a Oposição tem feito, até hoje, no Brasil, com verdadeiro sacrifício, estender a mão a quem quer que seja, para que a democracia seja conquistada. Mas, acima de tudo, Sr. Presidente, de que justiça se faça e que a Nação fique sabendo quem são realmente, os anti-democratas; quem são, realmente, os terroristas, aqueles a quem realmente interessa o fechamento e não a abertura.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Presidência consulta a Liderança do PMDB se deseja fazer uso de seu horário. (Declina).

Consulta a Liderança do PP se deseja fazer uso de seu horário. (Dácio Leonel)

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha presença a esta Tribuna, tem dois objetivos: o primeiro deles porque, ontem, pude aqui enfocar problemas relativos ao meu município, a cidade de Castro, com referência a denúncia publicadas pela imprensa.

E, como encaminhei à Mesa dois expedientes para colher informações a respeito dessa matéria, especialmente as que envolvem informações do ITC e da BANESTADO REFLORESTADORA, hoje, mais uma vez, a imprensa volta ao assunto, inclusive "O Estado do Paraná" publica, hoje, uma notícia um pouco mais séria, mais comprometedora, quando sob o título "Grilagem: dicas", diz o seguinte:

(Lê)

"As autoridades interessadas na elucidação das denúncias de grilagem de terras na região de Castro, que têm em Hermann Ralf Pipper o personagem central, fariam bem em consultar na Junta Comercial o contrato inicial da Geosul, firma de Pipper. Encontrarão, como sócio seu, um alto funcionário da Banestado Reflorestadora. No cartório Loures, encontrarão um contrato de execução florestal entre a mesma Geosul e a mesma Banestado Reflorestadora.

E mais: na "Tribuna do Paraná" de 3 de fevereiro de 1.961 vão achar, à página 11, sob o título "Operação Jagunço Normalizou Cascavel", matéria que também interessa à averiguação das atividades do Sr. Pipper. E na "Tribuna" de 11 de fevereiro do ano em curso, uma informação assaz interessante: a Delegacia Regional do Trabalho multou a mesma Geosul em 50 mil cruzeiros por exploração de trabalhadores em regime de quase escravidão".

Faço mais este registro, uma vez que, conforme já salientei, ontem, desta Tribuna, estamos preparando um levantamento de dados para que possamos voltar a um assunto que me parece da mais alta importância.

E o segundo aspecto a enfocar hoje, para que também dos Anais desta Casa ele possa constar, é o aspecto político, referentemente à posição tomada pela Bancada do Partido Popular, na Câmara Federal, que rejeitou, ontem, uma nota

apresentada pelo Líder em exercício, Deputado Herbert Levy, solidarizando-se com o Presidente Figueiredo, em seus propósitos de combater os atos de violência, venham de onde vierem.

É que decidiu a bancada somente hipotecar a sua solidariedade ao Presidente da República, na medida em que ele for apontando e punindo os culpados, por considerar "extremamente grave e nebulosa" a explosão de bombas no Rio Centro, que matou um sargento e feriu um capitão do Exército.

Os Deputado do PP rejeitaram também a hipótese de irem ao Palácio do Planalto levar o seu apoio ao Presidente da República, como vem sendo sugerido por membros de oposições. Enquanto nenhum culpado fôr apontado e punido, a posição da Bancada está restrita, conforme decidiu, com relação à presença do presidente do Partido, Senador Tancredo Neves, no gabinete do Presidente do Senado, Jarbas Passarinho, pedindo que transmitisse ao Presidente Figueiredo o apoio do PP, e com relação ao pronunciamento do Deputado Herbert Levy, feito ontem no Plenário, repudiando o terrorismo, o Partido pretende aguardar a apuração de responsabilidade sobre o atentado e, caso ninguém seja punido, a Bancada possa voltar a se reunir para aprovar uma moção de desconfiança do Governo.

Quanto ao Deputado Walter Guimarães, este condenou não só a nota, como a ida de membros do Partido ao Palácio ao Planalto.

Enquanto o Deputado Herbert Levy, na sua declaração, dizia ser contra o comparecimento do PP no Palácio do Planalto, porque considera isso uma atitude extremada, enquanto o Presidente João Figueiredo não adotar atitudes enérgicas de combate ao terror e punir os culpados."

Apenas para registro, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Presidência consulta a Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar possíveis irregularidades nos custos dos produtos alimentícios de primeira necessidade. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 23/81, de autoria do Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública o "Núcleo Social Evangélico de Londrina — NUSELON", com sede na Cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18/81, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Mamborê, com finalidade de consulta a população para a criação do Município de Juranda. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado :

# EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 131/80, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que doa ao Município de Primeiro de Maio, o terreno que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

# EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 02/81, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a “Associação de Recuperação do Alcoólatra de Bandeirantes”, com sede e foro em Bandeirantes. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

# EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 03/81, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, que declara de utilidade pública a “Associação de Recuperação de Alcoólatras de Pérola — ARA”, com sede e foro na Cidade de Pérola. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de “quorum”.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa Defere.

(É feita a chamada nominal)

Responderam a chamada nominal, 32 Srs. Deputados. Há “quorum” para prosseguimento da sessão.

# EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 15/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a “Obra Filantrópica das Irmãs Filhas da Cruz”, com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

# EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 01/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.º 02/81, (Mens. Govern. n.º 02/81), que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. **Aprovado.**

# EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 02/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.º 09/81, (Mens. Govern. n.º 07/81), que aprova o Termo Aditivo ao Ajuste de Cooperação Financeira celebrada entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de Iporã, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia e Cadeia Pública da sede do referido município. **Aprovado.**

# EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 03/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.º 10/81, (Mens. Govern. n.º 08/81), que aprova os Convênios n.ºs 16/80 e 30/80, celebrados entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, com a interveniência da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, objetivando a execução das obras de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná — PRONOROESTE. **Aprovado.**

# EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 04/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.º 12/81, (Mens. Govern. n.º 13/81), que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Curitiba, objetivando a execução de obras de desenvolvimento de infra-estrutura urbana. **Aprovado.**

# EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 05/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.º 13/81, (Mens. Govern. n.º 14/81), que aprova os Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, com os municípios aqui nominados, visando aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura na Área Industrial. **Aprovado.**

# EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 06/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.º 14/81, (Mens. Govern. n.º 15/81), que aprova os Temos de Ajuste ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica, objetivando a elaboração do Projeto “Estudos para uma política de Desenvolvimento Industrial do Paraná” e do Projeto “Pesquisa Conjuntural do Comércio. . **Aprovado.**

# EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 07/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.º 15/81, (Mens. Govern. n.º 16/81), que aprova o Convênio de Cooperação n.º 01/81, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Estado de São Paulo, e do Departamento Hidroviário da Secretaria dos Transportes, objetivando ligar as localidades de Iguape, Guaraqueçaba e Paranaguá via transporte hidroviário. **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 34/81), alterando os dispositivos que especifica, da Lei n.º 7.297 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, solicitando a retirada do Projeto de Lei n.º 30/81 da Ordem do Dia e encaminhada à Comissão de Recursos Humanos a fim de que a referida comissão seja ouvida, já que a mesma importa em criação de cargos. **Aprovado.**

Retirado portanto da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n.º 30/81.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, com o apoio dos Srs. Deputados Airton Cordeiro, Basílio Zanusso e Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rui Neves Ribas, ocorrido nesta Capital. **Aprovado** :— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, com o apoio do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Rui Neves Ribas, ocorrido nesta Ca-

pital. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Orodovaldo de Assis Moreira, ocorrido na cidade de Jacarezinho. Aprovado — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o comparecimento dos Srs. Secretário da Indústria e Comércio e Presidente do BADEP nesta Casa, a fim de prestarem informações sobre a anunciada compra de ações da empresa VOLVO DO BRASIL MOTORES E VEÍCULOS S/A pelo BADEP. Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar) Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Faria um apelo ao nobre Líder do PMDB, Deputado Nelson Friedrich, no sentido da retirada desta proposição, porquanto acho que a Oposição prestou ao Estado do Paraná, mais especificamente ao BADEP, um grande serviço.

Este requerimento realmente alertou ao Sr. Governador do Estado que se inteirando do teor das negociações, até então apenas iniciadas entre o BADEP e a Volvo e dois acionistas da Volvo, o Sr. Governador, atentando para alguns aspectos negativos da negociação, determinou que as mesmas fossem suspensas definitivamente. Não há razão, portanto, da convocação nem do Secretário da Indústria e Comércio e nem do Presidente do BADEP.

Nestas condições, faria um apelo ao nobre Deputado Nelson Friedrich, no sentido da retirada desta proposição, a fim de que não nos vejamos obrigados a votar contrariamente à proposição exatamente por este motivo; porque ela perdeu a sua razão de ser, embora já tenha produzido os efeitos benéficos, repito, para as finanças do Estado do Paraná. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Face à informação que vem da Liderança da maioria nesta Casa, por conseguinte a palavra oficial do Governo e, em razão das preocupações que nos levaram a encaminhar este requerimento, nós o retiramos com a certeza de que, efetivamente, o episódio possa ser aqui concluído e fazendo com que as ações da VOLVO não venham a se integrar ao compromisso já existente por parte do BADEP, por ser um banco social, com os compromissos maiores que tem, a rigor, com a micro-empresa do Paraná.

Tomara portanto que no futuro possamos estar alheios até a início de negociações esta espécie, que aparentemente deixam dúvidas sobre a seriedade da condução política de investimento social do BADEP em nosso Estado. Esta a nossa confirmação, até porque, como disse, é a palavra oficial do Governo através do seu líder nesta Casa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere a retirada do requerimento da Ordem do Dia.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de telex ao Sr. Presidente da República, manifestando apoio dos integrantes da Assembléia Legislativa do Paraná, ao processo de abertura democrática em curso. Em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para encaminhar a votação)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Para encaminhar a votação concedo a palavra ao Sr. Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, nós havíamos, já solicitado ao Deputado Gabriel Sampaio uma pequena alteração nesse telex ora requerido, aliás, com a concordância, inclusive, da Liderança do PP nesta Casa, pois, antes mesmo das explosões de bombas no Rio-Center, já esta Casa, através desse requerimento do Deputado Gabriel Sampaio, estava por se pronunciar em solidariedade com o Sr. Presidente da República, no seu projeto de redemocratização do País.

Mas, de maneira como ele está sendo apresentado à Casa, não nos parece justo que o aproveemos assim. Porque, como já dissemos na discussão desse requerimento, há necessidade de se especificar claramente o que se entende por abertura.

Aliás, um dos nobres Deputados do PDS levantou essa questão muito bem, nesta Casa, e, ontem, ainda, ouvimos do Deputado Gilberto Carvalho, exatamente o que nós pretendíamos constasse nesse telex ora proposto.

Realmente concordamos em apoiar esse requerimento, desde que se explicita perfeitamente o que entendemos ser redemocratização.

Podemos, inclusive, apoiar aquilo que o Deputado Gilberto Carvalho disse nesta Casa, ontem, a respeito do assunto.

Apoiamos o Sr. Figueiredo, nas suas manifestações contra a prorrogação de mandatos, contra a instalação de voto distrital dentro de um casuísmo, contra a modificação das regras eleitorais, que sejam casuísticas.

Como ficaríamos nós, da Oposição, se apoiássemos um telex desse teor, sem especificarmos isso?

Poderíamos, amanhã, sermos chamados pela Direção Nacional do nosso Partido, que tem posição definida sobre isso, e com isso estaríamos fugindo, inclusive, do Programa de nosso Partido.

Além disso, Sr. Presidente, o fato novo das explosões das bombas, trouxeram a esse requerimento, inclusive, um conteúdo maior, já que toda classe política brasileira, toda a sociedade brasileira, neste momento, se solidariza com o Sr. Presidente no assunto específico, poderia parecer muito mal que nós tivéssemos que votar um voto de solidariedade contra o voto de solidariedade, num assunto que não diz respeito as bombas, mas que poderia ser explorado que, na Assembléia Legislativa, as Oposições estão votando contra uma solidariedade ao Sr. Presidente da República. E poderia não ser bem esclarecido que esse voto contra é por não estar especificado, exatamente, aquilo que não só a Oposição pretende mas, inclusive, a própria Situação, nas palavras muito bem ditas, ontem, no plenário desta Casa, pelo Deputado Gilberto Carvalho.

Por isso, solicito ao autor do requerimento que concedesse à Oposição a oportunidade de poder votar com esse requerimento, mas desde que perfeitamente especificado o que entendemos por redemocratização.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Continua em votação.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Para encaminhar) É Perfeitamente compreensível, Sr. Presidente, a preocupação do ilustre Deputado Deni Schwartz em explicar o requerimento que fizemos e apenas hoje se vota.

Mas, diria, no meu modo de ver a coisa, Sr. Presidente, que talvez a preocupação do Deputado Deni Schwartz seja um pouco excessiva, no meu modo de ver.

Acho que, evidentemente, mesmo que façamos uma explicitação maior, por exemplo, "reformas políticas", é um assunto tão complexo, tão extenso, que iríamos nos perder em detalhes — Lei Falcão, há uma série de problemas implícitos à Reforma Eleitoral que não poderíamos relacioná-los todos no tipo de telex e de apoioamento que pretendemos dar ao Presidente da República.

Realmente, Deputado Deni Schwartz, se Vossa Excelên-

cia concordar comigo acho o seguinte: é um apoioamento generalizado em termos de abertura democrática. Evidentemente isso não vai comprometer os ilustres Membros das bancadas de Oposição que votarem favoravelmente, porque não iremos, evidentemente, apoiar o Presidente da República. E eu como membro de seu Partido, não irei apoiá-lo se ele não der aquilo que pretendemos hoje, por exemplo, as eleições gerais no próximo ano. Precisariamos explicitar tudo, nesse telegrama. Porque eu quero, todos nós queremos, eleições diretas para todos os níveis, para Prefeitos das Capitais, para Presidente e Vice-Presidente da República, para Governadores.

Mas, acho que não é o momento oportuno para detalharmos, minuciosamente quais os tópicos que dariamos esse apoio ao Presidente.

Acho que não haverá confusão alguma, no meu modo de ver, darmos esse apoioamento político. Ainda mais agora, em função da explosão das bombas no Rio Centro, no dia 1.º de maio.

É mais uma razão para que a coisa se coroe como apoioamento à figura do Chefe da Nação em termos de todos aqueles atos que visem o aprimoramento democrático do País.

Evidentemente que qualquer atitude que venha contra esta democracia, contra o povo brasileiro, não terá o apoio nem de Vossa Excelência, deputado Deni Schwartz, de sua bancada, nem de minha pessoa que teve a iniciativa de subcrever esse requerimento.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Continua em votação.

O SR. DÁCIO LEONEL — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, na verdade, o presente expediente está aliçado a um apoio ao processo de abertura em curso.

O apoio que se oferece ao Sr. Presidente da República é um apoio ao processo de abertura que está em curso.

Então, é preciso que meditemos se, efetivamente, estamos de acordo com o processo de abertura em curso, ou se poderemos aprimorar a solicitação, talvez pedindo medidas mais importantes.

Entendi perfeitamente a preocupação do Deputado Deni Schwartz e na verdade, essa também é a nossa preocupação. Tendo havido como houve, um contato anterior como o Sr. Deputado Gabriel Sampaio, para que não me atenha e para que não me alongue em debate referente à matéria, eu me permitiria fazer um apelo a Sua Excelência, no sentido de que o requerimento pudesse ter a sua votação transferida por duas ou três sessões apenas, dando condições de um entendimento, ou mesmo para a próxima sessão, dando oportunidade a que as Lideranças possam dialogar e possam talvez, encontrar, uma forma melhor de expressar este apoio que, evidentemente, existe em todos nós, para que tenhamos a abertura.

Mas, seria de se perguntar: a abertura que os brasileiros reclamam ou a abertura em curso? No “em curso” é que nós não sabemos exatamente como explicar o comportamento da atual abertura democrática no Brasil.

Fica assim o meu apelo ao ilustre Deputado, porque sinto que Sua Excelência tem a melhor boa-vontade, Sua Excelência evidentemente, não está trazendo assunto para que seja alvo de polêmica. Não pretendendo polemizá-lo, então, que dê esta oportunidade a que possamos dialogar e encontrar talvez, uma forma melhor de dizer aquilo que esta Casa pensa.

Apenas isso, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Pela ordem Sr. Presidente.

Pergunto a Vossa Excelência se nós poderíamos pedir oralmente, a transferência da votação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao

nobre Deputado que o requerimento está em fase de votação e neste caso não é permitido o adiamento da votação.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Então, requeiro a retirada do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere a retirada do requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a remessa de ante-projeto de lei doando o terreno onde se acha edificado o Ginásio de Esportes “Moringão”, em Londrina. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente do IPE, encarecendo informações a respeito do não funcionamento do Gabinete oftalmológico do referido órgão, na cidade de Londrina. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro das Relações Exteriores do Brasil, sugerindo o rompimento das relações diplomáticas que o nosso País mantém com a República de El Salvador, face ao regime de terror ali implantado. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Departamento Nacional de Estrada de Rodagem encarecendo imediatas e inadiáveis providências com relação a conservação da estrada Curitiba, Bocaiuva e Adrianópolis, cujo tráfego se encontra em péssimo estado. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente do INPS, encarecendo a nomeação de um agente do referido Instituto, para o Município de Prudentópolis. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gemote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de apoio e solidariedade aos funcionários da IMPLASP e Modelo que entraram em greve nesta data, na tentativa de uma solução do impasse gerado em torno do atraso no pagamento dos salários daquele quadro funcional. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Grupo de Alcoólicos Anônimos São José, pelo transcurso do 2.º aniversário de fundação daquele Grupo de “AA”, a transcorrer no próximo dia 25 de abril do corrente ano, na cidade de Ponta Grossa. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Interior, encarecendo apelo para que o Banco Nacional de Habitação não venha a adotar o propalado reajuste semestral. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado expediente aos Srs. Secretários do Interior e Presidente da SANEPAR, encarecendo medidas urgentes para solucionar o abastecimento de água da cidade de Ubatã, neste Estado. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wandler, constante do expediente de sessão anterior, solicitando

envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado do Interior, encarecendo seja feita a instalação do Sistema de Telefonia em D.D.D., no Município de Jesuítas. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de apoio à Associação Profissional de Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas, que engloba vigias e vigilantes da cidade de Londrina, pela decisão de paralisação de suas atividades, como meio de obtenção de salários justos. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam encaminhadas cópias do expediente anexo, aos Srs. Presidente do Banco Central do Brasil S.A., e ao Governador do Estado do Paraná. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Sr. Secretário de Estado da Administração e Secretário de Segurança Pública, encarecendo as providências cabíveis no sentido de ser cumprido o texto da Lei n.º 7.371, publicada no D.O. n.º 897 de 07.10.80, que denominou de "Dr. Moacir Camargo Martins", o Edifício da Sub-Divisão policial de Londrina. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Delfim Neto, Ministro da Agricultura, Presidente do Banco Central e ao Presidente do Banco do Brasil, encarecendo que sejam reduzidas substancialmente as taxas de juros, sobre os empréstimos para investimentos agrícolas e agropecuários. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Conselho Monetário Nacional, aos Srs. Presidente do Banco Central e Presidente do Banco do Brasil, encarecendo um estudo coordenado desses três órgãos, no sentido de se proporcionar um substancial aumento no limite de empréstimos à pequena e a média empresa, mas com juros de crédito subsidiado. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da SANEPAR, encarecendo a imediata solução do serviço de abastecimento de água em Ubatã, que funciona precariamente. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, encarecendo seja expedido solicitação à SANEPAR, para que de imediato promova a instalação de abastecimento de água na sede do Município de Jesuítas. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o encaminhamento a esta Casa, do ante-projeto de lei que altera o Estatuto da Polícia Civil ( Lei Complementar n.º 3 ), assunto este, que é de grande interesse dos servidores ligados à Polícia Civil do Estado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, eu solicitaria a leitura desse requerimento, porquanto nós não podemos entender o conteúdo.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e soli-

cita a leitura do inteiro teor do requerimento.

(O Sr. Secretário procede a leitura).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Também faço um apelo ao nobre Líder do PMDB, no sentido da retirada desse requerimento, porque não se encontra presente o autor, e a matéria perdeu a oportunidade, porquanto a Mensagem a que se refere o requerimento, já se encontra tramitando na Casa.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Presidência acaba de receber informações de que a Mensagem já se encontra na Casa portanto, fica prejudicado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais deste Poder do depoimento do Sr. Secretário da Agricultura, aos jornais "Gazeta do Povo" e "Diário Popular", do último dia 22, analisando a situação econômica do País. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo. (O Depoimento acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo a instalação de um monocal telefônico no Distrito de Vila Ghandi, no Município de Primeiro de Maio. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Saul Raiz, titular da Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento dos Municípios, em forma de pedido de informação com relação a distribuição e dotações de verbas aos municípios paranaenses. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação)

Responderam a chamada nominal 32 Srs. Deputados.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão, e conseqüente votação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo as medidas necessárias para que se procedam reparos no Colégio Nossa Senhora de Fátima, de Alto Paraíso, Município de Pato Branco. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de TELEX aos Srs. Secretário de Estado da Agricultura, Ministro da Agricultura, Ministro do Planejamento e ao Diretor do Banco Central, encarecendo imediata liberação de verba aos suínocultores para aquisição de milho. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, encarecendo a instalação de um Posto de Saúde no Distrito de Carajás, Município de Jesuítas. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofício aos Srs. Diretor do D.E.R e Secretário dos Transportes, encarecendo cascalhamento ou liberação de verbas para reparos da estrada que vai de Nova Laranjeiras

(BR-277) até o Rio Piquiri. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a Criação de Escola de 2.º Grau, no Município de Jesuitas. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Mansani Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações sobre a intensa publicidade do Estado em veículos de comunicação da rede privada. Em votação.

O SR. LINEU TURRA — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não nos preocupamos, ao encaminhar este requerimento, com o fato de, eventualmente, estar sendo respaldada a imprensa de nosso Estado com alguns recursos provenientes do erário público. E nós até apoiaríamos essa medida. Não só para a grande imprensa da Capital, mas também para jornais do interior, rádios, que sobrevivem com dificuldades e que têm necessidade do amparo do poder público, porque, na verdade, são órgãos de comunicação social, são serviços de utilidade pública, que servem à coletividade, que servem ao Estado, que prestam serviços muito importantes para a coletividade.

As informações que a imprensa presta ao povo dos atos do poder público e o poder público também tem obrigação de divulgar seus atos para que o povo deles tenha conhecimento. Queríamos até que o Estado tivesse condição não só de fazer a publicidade dos atos do Poder Executivo, mas que esta Casa também participasse nas divulgações de seus atos, através da imprensa falada, escrita e televisionada.

É isso que desejamos: a democratização da publicidade dos atos do Poder Executivo como também os trabalhos desta Casa que ficam, muitas vezes, entre quatro paredes, para fortalecimento deste Poder que é um dos poderes constituída do Estado. E, hoje, só existe, na opinião pública, o Poder Executivo.

Então, se uma obra é feita, quem executou foi o Poder Executivo; o Poder Legislativo que participa que, muitas vezes até, tem a iniciativa de pedir uma obra de interesse coletivo, o povo não tem conhecimento de nossa participação, da participação do Parlamento, como autor da iniciativa de uma obra de importância para a coletividade.

E estranhamos que estejam essas publicidades intensas, de 15 em 15 minutos, no rádio, na televisão, dando conta de coisas que não interessam, em absoluto à coletividade. Porque, muitas vezes, são coisas do passado, coisas que já não interessam mais. O Governo deve apenas anunciar as obras que esteja realizando, ou as que tenha realizado e o que aplicou e quais as vantagens delas. Mas, sem se preocupar de promover as pessoas, como vem ocorrendo. Porque, sabemos que, constantemente, em todas as publicidades se enfatiza o Sr. Ney Braga.

Ora, todos sabemos que ele é o Governador do Estado.

Acho que é dispensável isso, porque todos sabem que ele é o Governador do Estado, embora não tenha sido eleito pelo povo.

Acho que isso é dispensável, que isso é uma promoção pessoal, uma propaganda que não diz nada para o interesse coletivo, mas que está aí, nessas mesmas publicidades, a promoção de Secretários de Estado que se dizem candidatos a cargos eletivos. E isso aí é o dinheiro do povo que está sendo usado, carregado com outras finalidades, gasto com outras finalidades que não o interesse do povo. Dinheiro que poderia muito bem ser canalizado para as obras de interesse social,

nós sabemos que existem muitas obras de interesse social carentes de realização, por faltas de recursos do Estado.

Então, para que o esbanjamento de dinheiro em coisas inúteis, quando nós temos tanta miséria no Estado do Paraná, tanta miséria no Brasil, bolsões de pobreza, pessoas que vivem na mendigância e que o Estado não está com os seus olhos voltados, apesar das reiteradas afirmações do Governo que está voltado para o homem.

Ainda hoje ao adentrarmos no prédio da Assembléia Legislativa do Estado, observamos uma Sra. com uma criança no braço pedindo esmola. E isso para nós na verdade, é chocante Sr. Presidente. E a finalidade do nosso requerimento, não para que não se dê recursos também à imprensa que possa subsidiar as suas despesas, em absoluto. Nós até quanto a isso estamos de pleno acordo, o que nós não queremos, é que esse dinheiro que está sendo carregado para a imprensa sirva para promover pessoas indevidamente e muitas vezes, até, em detrimento dos próprios companheiros de Partido.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está em votação o requerimento rejeitado.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação)

5 Srs. Deputados aprovam; 14 Srs. Deputado rejeitam.

Não há "quorum", para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 8, sexta-feira, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO AIRTON CORDEIRO, EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 7 DE MAIO DE 1.981.

"DEPOIMENTO DO SECRETÁRIO DA AGRICULTURA, REINHOLD STEPHANES AOS JORNAIS "GAZETA DO POVO" E "DIÁRIO POPULAR".  
Inflação — Causas e Política de Controle

Muito se tem comentado ou escrito sobre a Inflação, porque a mesma se constitui num dos principais problemas que a economia brasileira apresenta.

Usando uma linguagem específica, pode-se conceituar a Inflação como sendo um processo de alta crônica dos preços dos produtos e dos fatores de produção, provocado pelo aumento da oferta de dinheiro (meios de pagamento), na economia numa proporção maior do que o aumento da produção.

Esta definição pode ser entendida a partir da constatação de que o preço de mercado representa o equilíbrio entre dois interesses antagônicos: o do vendedor, que quer o maior preço possível, e o do comprador que está disposto a pagar o menor preço possível. Como as compras são efetuadas em moeda, quanto maior o volume de dinheiro (ou o poder de compra), mais o comprador estará disposto a pagar maiores preços, atendendo aos interesses dos vendedores. Este poder de compra é representado pelos "meios de pagamento", que é o papel-moeda em poder do público e mais os depósitos a vista nos



bancos.

O aumento dos meios de pagamento se dá tanto através do aumento do papel-moeda em poder do público, como através do aumento dos depósitos à vista nos bancos, que num momento seguinte entram em circulação sob a forma de empréstimos.

Se os meios de pagamento aumentarem proporcionalmente mais do que a produção, a economia absorve este "excesso" através do aumento dos preços dos produtos (inflação de demanda), que em seqüência cíclica ocorre também no mercado de fatores (inflação e custos).

Diversos são os fatores que provocam a inflação. Atualmente, os principais são os seguintes:

a) o déficit orçamentário do Governo, ao gastar uma soma maior de dinheiro do que a dos impostos arrecadados;

b) a inflação importada, decorrente do aumento das matérias-primas, principalmente do petróleo, investimentos e tecnologia no mercado internacional;

c) o componente psicológico existente entre os produtores e os intermediários econômicos, que promovem reajustamentos de preços numa proporção maior do que a dos custos e tomando como base um comportamento futuro de inflação ascendente.

Dois outros fatores merecem ser comentados: a política salarial e a política liberal de crédito e de subsídios.

A política salarial, com reajustes semestrais, não é um fator de inflação mas uma consequência deste fenômeno. Isto porque estes reajustes seriam inflacionários somente se ocorressem em níveis superiores a própria inflação (reposição do poder de compra do dinheiro) e da taxa de aumento da produtividade do trabalho, o que não ocorre para a maioria das classes assalariadas.

As políticas de crédito e de subsídios são inflacionárias porque geram incremento da circulação de recursos na economia. É por esta razão que a política econômica adotada pelo Governo tem sido a de reduzir o acesso ao crédito, pelo aumento das taxas de juros, o estabelecimento de limites de expansão e a redução dos prazos de adiantamento, e de reduzir o subsídio implícito na taxa de juro, também através do seu aumento. No entanto, no caso específico da agricultura, que tem sido penalizada por tributos diretos e indiretos que inviabilizaram sua capitalização interna, esta redução no subsídio do crédito deve ser acompanhada pela redução também das intervenções que resultam em redução dos preços de mercado dos produtos, como tabelamentos, confiscos e políticas de reserva de mercado. Caso contrário, os produtores reagirão a esta política reduzindo a produção principalmente dos gêneros alimentícios e das culturas que apresentam altos riscos de pro-

dução como o trigo e o feijão) o que representa maior pressão inflacionária no item custo de vida, motivada pela escassez.

As políticas de controle da inflação assumem características de arrefecimento da economia, com os consequentes efeitos de queda dos níveis de produção e de aumento do desemprego. Isto porque a política monetária a ser adotada deve promover a redução no ritmo de crescimento dos meios de pagamento, ajustando-o aos níveis de crescimento da produção na economia.

Dentro deste aspecto, as principais políticas que podem ser adotadas são: o estabelecimento de controles e de limites para os gastos governamentais; o estabelecimento de limites de expansão para o crédito, bem como de mecanismos que dificultam seu acesso (aumento das taxas de juros e redução dos prazos de adiantamento); e a administração dos aumentos de preços de determinados produtos ou fatores-de-produção considerados essenciais na economia.

O controle dos gastos governamentais abrange tanto a diminuição dos gastos das empresas estatais (em manutenção ou investimentos), como a priorização e seleção dos investimentos de longa maturação que consomem grandes parcelas de recursos (Itaipu, Tucuruí, Ferrovia do aço, e outros setores básicos).

A política de controle dos salários, devido ao seu conteúdo social, deve ser mantida exatamente dentro dos limites que permitam a reposição do poder de compra do dinheiro acrescida do aumento da produtividade da mão-de-obra. Se for abaixo deste nível, provoca redução do poder aquisitivo e consequentemente do mercado interno de bens e serviços, e se acima, torna-se um fator de realimentação inflacionária.

No que se refere a política energética, o controle da inflação provocado pelos aumentos dos preços do petróleo está na dependência direta da reestruturação da economia nos setores da produção e transportes, e da promoção de investimentos visando a sua substituição principalmente por óleo vegetal, álcool e gás de madeira ou de carvão, embora estes investimentos, no curto prazo, possam gerar inflação.

Quanto ao componente psicológico impulsor da escalada dos preços, as medidas de combate concentram-se na educação e conscientização dos empresários e consumidores sobre o problema e na elaboração de um novo pacto entre as classes sociais. Isto porque as classes com maior poder de representação política ou econômica perante o Governo também devem absorver uma parcela dos efeitos recessivos do combate à inflação. Implícito está, nestas medidas, que seu efeito positivo ocorre na razão direta do grau de confiança que a sociedade como um todo deposita nas medidas governamentais adotadas."